

jornal da tarde

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

Fundado em 1875

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

A reunião dos países ricos e o discurso de Sarney

O discurso do presidente Sarney nas Nações Unidas, na parte que se refere ao problema do endividamento externo do Terceiro Mundo, particularmente de países como o nosso, oficializou perante a comunidade internacional aquilo que o chefe do governo já vinha dizendo internamente. Para nós, brasileiros, o texto de s. exa. não ofereceu propriamente novidades. Mas para a comunidade internacional ficou agora clara e definida, de modo oficial, qual é a posição do governo brasileiro: a dívida externa é também, e principalmente, uma questão política que só pode ser resolvida com a intermediação junto aos bancos credores dos governos dos países onde estão sediados.

Nesse sentido podemos dizer que o discurso foi importante. Poderíamos talvez lamentar que ele não tivesse sido mais curto e menos retórico, mas de qualquer maneira coloca perante os países ricos uma posição concreta do Brasil em torno da qual eles poderão fazer suas análises e, oportunamente, tomar suas decisões.

Não somos tolos ou ingênuos de imaginar que só por falar duro e definir claramente posições o governo do Brasil será mais respeitado e nossos pleitos imediatamente atendidos. Mas sabemos que, uma vez aceitas as premissas propostas, a negociação se torna realmente possível. Ao mencionar essas premissas, o presidente Sarney não virou o jogo a nosso favor, mas convocou os parceiros a reexaminar as regras do jogo para que, afinal, um jogo realmente sério, mais sério do que o atual, comece a se desenvolver.

Em primeiro lugar, lembrando a desordem financeira internacional existente há 40 anos, por efeito da II Guerra Mundial, e que só foi superada porque os parceiros de então perceberam e aceitaram a dimensão política que qualquer solução verdadeira teria de apresentar, o presidente Sarney disse que também agora "é imperioso, do ponto de vista latino-americano, que a crise do endividamento seja negociada em sua dimensão política". A seguir, definiu o que o Brasil quer: "...optamos por crescer sem recessão, sem nos submetermos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento. O Brasil não pagará a dívida nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Não há solução fora de uma reformulação profunda das estruturas econômicas internacionais".

Poderíamos indagar na semana passada qual o cacife do Brasil para assumir e defender tais posições. E a resposta é que, de qualquer modo, esse cacife melhorou substancialmente durante o final da semana.

Numa reunião convocada de maneira sigilosa e sem dúvida inesperada, os ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais dos cinco países economicamente mais poderosos do mundo (EUA, Japão, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha e França) chegaram a um acordo sobre medidas sérias e ao que tudo indica profundas para enfrentar os perigos de deterioração que de novo rondam o sistema financeiro internacional. A mais visível delas foi a decisão de desvalorizar o dólar ou revalorizar as demais moedas em relação ao dólar e atacar, deste modo, o problema do imenso déficit comercial dos EUA. Isso, por si só, conforme já está sendo dito por todos os analistas, melhora bastante as perspectivas de receita comercial para o Brasil, uma vez que não altera

Mais que isso, abre perspectivas concretas para que o Brasil possa negociar com o FMI e com os credores em termos mais favoráveis do que agora, conferindo assim ao discurso do presidente Sarney o status de proposta viável e não o de mero protesto, que normalmente ele teria. A diferença entre o que o presidente Figueiredo falou na ONU em 1982 e o que Sarney acaba de falar é que o momento internacional é outro: mudam as circunstâncias (principalmente políticas), muda o efeito.

Tais perspectivas em relação aos EUA, aumenta a competitividade dos nossos produtos na Europa e no Japão, e também diante dos produtos europeus e japoneses em terceiros mercados, até, por exemplo, no próprio mercado americano.

Mas, além disso, e este é o ponto talvez mais relevante no momento, a questão da dívida externa foi "intensamente discutida" e, embora não tenha havido idéias salvadoras ou resoluções concretas, esse simples fato revela que está sendo abandonada aquela postura olímpica de que o problema da dívida era para ser tratado apenas entre países devedores e bancos credores, sem interveniência dos governos dos países ricos.

Devemos reconhecer que mais uma vez o México trouxe contribuição importante nesse terreno. Já antes da reunião dos cinco, uma notícia de Luxemburgo, onde se reuniram os ministros financeiros da Comunidade Econômica Européia, de Espanha e Portugal, informava que a situação do México (que se declarou outra vez inadimplente, antes do terremoto), a da Argentina, a da Bolívia, e a própria mudança de ministro no Brasil, traziam grandes preocupações e aconselhavam "um abrandamento" da atitude dos EUA nos organismos multilaterais de financiamento (leia-se FMI e Banco Mundial). E depois da reunião dos cinco se informava que uma das idéias ventiladas era aprofundar e ampliar a colaboração entre o Banco Mundial e o FMI no tratamento da questão da dívida. Ora, isso nos favorece na medida em que o Banco Mundial tem uma visão e uma apreciação mais econômica do problema, ou seja, sabe avaliar, melhor do que o FMI, o panorama além dos balanços estritamente financeiros. Há muito tempo, diga-se de passagem, fala-se de uma participação maior do Banco Mundial nos programas de ajuste e no próprio monitoramento dos países devedores. Mas a posição do governo americano era de que o Banco Mundial, envolvido em programas de auxílio e de desenvolvimento, é mais leniente do que o FMI. O fracasso do programa de ajuste do México, monitorado somente pelo FMI, alertou os bancos credores e o próprio governo americano para o risco da intransigência nessa questão.

É evidente que pesou também na reunião, particularmente na aceitação da revalorização por parte dos quatro parceiros dos EUA, a ameaça concreta existente nos Estados Unidos de uma providência drástica do Congresso americano de impor aumento geral de tarifas de 25% sobre todas as importações ianques (proposta do senador John Danforth, da Comissão de Finanças). Com a desvalorização do dólar em face das moedas dos principais parceiros, o déficit comercial americano tende a diminuir — principalmente em relação ao Japão e à Europa. E, o que é melhor, sem produzir recessão nos outros países.

Tudo isso nos coloca diante da possibilidade concreta de uma revisão mais profunda dos problemas de relacionamento mercantil e financeiro a nível mundial e transforma a assembléia geral do FMI que se realiza no mês que vem em Seul num fórum privilegiado para debater as muitas soluções já sugeridas, mas não examinadas porque não-convencionais.